

Descolonizar os feminismos latino americanos e caribenhos: uma perspectiva decolonial das teorias sobre gênero, sexualidade e raça

Fernanda Pereira de Araújo

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Contato:

fernandaparaujo@gmail.com

Mayara Ferreira Mattos

Mestranda e bacharela em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Contato:

mayaraferreiramattos@gmail.com

Palavras-chaves:

Patriarcado, Sociedades capitalistas, Estudos feministas, Relações de gênero.

Keywords:

Patriarchy, Capitalist societies, Feminist studies, Gender's relations.

Resumo: A partir da localização e apresentação de conceitos centrais para a compreensão da corrente teórica decolonial, o artigo propõe voltar o olhar para as teorias feministas decoloniais identificando, para além dos conceitos, as principais preocupações, compromissos e desafios colocados por essa linha de pensamento Feminista Latino-Americana e Caribenha.

Abstract: By the location and presentation of central concepts to the comprehension of the decolonial theories, this article proposes to focus on the feminist decolonial theories, identifying, beyond the concepts, the main concerns, commitments and challenges imposed by this line of thought Feminist Latin-American and Caribbean.

Introdução

Pretendemos com este trabalho trazer uma apresentação sobre o debate feminista decolonial através de algumas de suas vozes e conceitos centrais. A fim de compreender o feminismo decolonial enquanto uma opção teórica e política, traremos uma breve contextualização sobre a constituição do pensamento decolonial.

Este artigo não pretende dar conta da discussão decolonial em sua totalidade por compreender que se trata de uma teoria complexa e de muitas nuances. O que se propõe aqui é uma pequena revisão de um rico campo teórico ainda pouco estudado pelas ciências sociais brasileiras de modo geral e da importância da aproximação entre Teoria Feminista e Teoria Decolonial para os debates sobre gênero, sexualidade e raça.

Dos estudos pós-coloniais e subalternos ao feminismo decolonial: um breve histórico

O feminismo decolonial se desenvolve como uma crítica contundente de intelectuais e militantes feministas latino-americanas e caribenas comprometidas com o desenvolvimento de um pensamento feminista decolonial preocupado em estudar, interpretar e visibilizar o processo histórico de dominação e resistência das mulheres do sul global, especialmente em relação às mulheres negras, indígenas e lésbicas.

O termo/conceito descolonização ou pós-colonial remete a dois entendimentos. O primeiro diz respeito ao processo histórico das independências dos povos submetidos à colonização. Ochy Curriel, feminista decolonial, militante negra e lésbica, descreve esta noção como:

"Descolonização, como conceito amplo se refere a processos de independência de povos e territórios que haviam sido submetidos a dominação colonial no político, econômico, social e cultural; [como aqueles] processos que sucederam na América entre 1783 e 1900 dos quais surgem os Estados Unidos y as repúblicas latino-americanas, os que sucederam entre 1920 e 1945 em relação com as dependências do Império Otomano e desde onde surgem as independências de boa parte dos Estados do oriente Médio e o Maghreb, e os que acontecem entre 1945 e 1970, a raiz dos quais o conjunto do continente africano e importantes áreas da Ásia, o Pacífico e o Caribe se estruturam em unidades políticas independentes" (CURIEL, 2014, p. 326, tradução nossa).

A segunda concepção de descolonização ou pós-colonial – diretamente relacionada à primeira – compreende um movimento político, epistêmico e intelectual gerado, principalmente, pelo último período das independências, que provocou grande repercussão nos estudos literários, nas ciências humanas e sociais (CURIEL, 2014, p. 326). É importante destacar que os estudos subalternos e pós-coloniais foram desenvolvidos por intelectuais oriundos do chamado terceiro mundo e tiveram uma importante influência no desenvolvimento da teoria decolonial e/ou no "giro decolonial" da América Latina¹. Dentre os principais nomes desse movimento estão Franz Fanon, Edward Said, Aimé Césaire, Homi Bhabha, Albert Memmi, Ranajit Guha, Gayatri Chakrabarty Spivak, Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty, dentre outros. Nas palavras de Luciana Ballestrin, a escola de pensamento pós-colonial:

"Mesmo que não linear, disciplinado e articulado, o argumento pós-colonial em toda sua

¹ No artigo "América Latina e o giro decolonial" Luciana Ballestrin se propõe "apresentar a constituição, a trajetória e pensamento do Grupo Modernidade/Colonialidade" e aponta a influência do Grupo de Estudos Subalternos sul-asiático para a constituição do Grupo Latino Americano de Estudos Subalternos e, posteriormente, a criação do Grupo Modernidade/Colonialidade que, de acordo com análise de Ballestrin, é fundamental para se pensar a constituição e desenvolvimento da teoria decolonial.

amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar percebeu a diferença colonial e intercedeu pelo colonizado. Em essência, foi e é um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade" (BALLESTRIN, 2013, p. 91).

Pode-se dizer que a teoria decolonial se desenvolve como desdobramento de um movimento de aproximação e distanciamento entre grupos de intelectuais sul-asiáticos e latino-americanos que compartilham a ideia de se produzir teoria social crítica baseada no questionamento do padrão histórico de poder em que está disposta a colonialidade, o capitalismo, o Estado-Nação, e o eurocentrismo.

O conceito de colonialidade/modernidade é central na teoria decolonial e, em linhas gerais, a colonialidade seria o lado obscuro e necessário da modernidade, que estaria intrinsecamente associada à experiência colonial produzida com a chegada dos europeus ao continente americano, e não com os eventos históricos, geograficamente localizados no território europeu, como a revolução industrial e francesa.

Assim, a modernidade se firma como retórica que se expressa pela salvação, em um primeiro momento, em nome da civilização, posteriormente, acionando o desenvolvimento e, atualmente, evocando preocupações democráticas ao redor do mundo².

As feministas decoloniais têm buscado compreender a forma como a imposição colonial determinou e continua determinando modos de organização hierarquizados entre os gêneros. Trazido da Europa pelos colonizadores e (re)estruturado nas colônias, esse modo de organização hierarquizado foi imposto e instituído nas Américas e Caribe através da violência, resultando em uma separação não apenas entre homens e mulheres como também entre raças, estando o gênero subordinado à lógica de raça que reordena a existência humana. Tal modo de operar as relações entre gêneros, raças e classes tem gerado consequências desastrosas para a vida das mulheres dos países colonizados, se desdobrando em uma sociedade extremamente misógina, patriarcal e violenta para com as mulheres.

Da emergência do feminismo decolonial

Para atender a projetos políticos e acadêmicos que dessem conta dos problemas, compromissos e preocupações específicas enfrentadas pelas mulheres negras, indígenas e lésbicas latino-americanas e caribenhas, na década de 80, nos encontros feministas latino americanos, começaram a emergir vozes e ações políticas. Essas vozes e ações visavam não só visibilizar reivindicações e problematizações outras que partiam do ponto de vista da subalternidade feminina, como também desafiavam os discursos hegemônicos ocidentais que se pautavam numa lógica

eurocêntrica, racista, classista, misógina, heterocentrada e colonial (ESPINOSA, CORREAL, MUÑOZ, 2014, p. 23).

A produção teórica dos feminismos hegemônicos não escapa à matriz de dominação imposta às mulheres subalternizadas, pois se esconde sob a categoria genérica "mulher" sem de fato discorrer sobre as diferentes formas de opressão que a colonialidade infringe aos corpos subalternizados.

Destacamos que a crítica ao universalismo da categoria mulher não nasce com o feminismo decolonial e sim que as feministas decoloniais absorvem as produções teóricas/políticas/práticas como das feministas negras estadunidenses, das feministas chicanas e pós-coloniais. Essas feministas desenvolvem conceitos e noções importantes que são incorporados e desenvolvidos pelas feministas decoloniais, por exemplo, o conceito de interseccionalidade desenvolvido por Kimberlé Crenshaw e o de pensamento de fronteira desenvolvido por Gloria Anzaldúa.

O conceito de interseccionalidade, amplamente utilizado pelas feministas negras, é o entendimento de que as opressões se cruzam: as mulheres sofrem opressão machista, as mulheres pobres sofrem opressão machista e classista, as mulheres negras e pobres sofrem as opressões machistas, classistas e racistas.

Esse cruzamento de opressões faz com que as violências sofridas pelas mulheres sejam mais graves na medida que se interseccionam. A interseccionalidade pode ser descrita, então, como a consequência de diversas formas de opressão e dominação dentro das estruturas de poder. Muitas feministas negras norte americanas já estavam desenvolvendo essa noção, mas Kimberlé Crenshaw é reconhecida por cunhar o termo interseccionalidade e desenvolvê-lo.

A concepção feminista produzida a partir das experiências de mulheres subalternizadas evidencia como o debate de gênero e sexualidade, articulado às questões raciais, de classe e geopolíticas trazem inflexões e complexificação às teorias feministas eurocêntricas. Não se trata de descartar as teorias feministas produzidas pelas mulheres brancas dos centros de poder mundiais, mas sim de buscar valorizar e evidenciar as produções teóricas e práticas das mulheres das periferias do mundo a partir de suas experiências, utilizando as teorias feministas críticas aos processos de exploração capitalistas modernos.

Questionava-se, então, como o feminismo branco-burguês, que baseia seu discurso na superação da desigualdade de gênero, na dominação e opressão das mulheres entendida de forma universal e homogênea era [e ainda é] insustentável quando se trata de uma transformação real da realidade das mulheres desde o sul global. Desse modo, os movimento de mulheres negras, indígenas e lésbicas trazem para o debate as diferenciações hierarquizantes a que estão

² Essas ideias se encontram no livro *A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas* (LANDER, 2005).

dispostas as mulheres do chamado terceiro mundo, demonstrando como a ordem colonial histórica-política-econômica marcou e marca seus corpos a partir de violências muito específicas.

A busca por compreender os feminismos decoloniais passa, imprescindivelmente, por compreender que foi necessário que as feministas decoloniais criticassem o projeto teórico decolonial, apontando que a imposição das desigualdades de gênero é parte fundamental da constituição da modernidade/colonialidade.

O empreendimento colonial trouxe consigo a hierarquização dos gêneros. Essa tarefa se inicia com a necessidade que as feministas decoloniais tiveram em denunciar o silêncio dos teóricos decoloniais com

relação à opressão e violência de gênero. Maria Lugones, feminista decolonial argentina, aponta em seu artigo *Colonialidad y Género* sua preocupação com a indiferença dos homens – inclusive aqueles que são oprimidos pelo modelo capitalista moderno, pelo racismo, classismo e pela colonialidade – em relação às violências que:

"Sistematicamente se infringem sobre as mulheres de cor: mulheres não brancas; mulheres vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade do gênero; mulheres que [...] têm [criticado] o feminismo hegemônico por ignorar a interseccionalidade de raça/classe/sexualidade/gênero" (LUGONES, 2014a, p.57, tradução nossa).



Prisca Paes

É justamente esse silêncio que faz com que Lugones teça uma dura crítica a Anibal Quijano; a autora propõe, assim, o uso da categoria analítica denominada Colonialidade do Gênero. No artigo *Rumo a um feminismo descolonial*, a autora se propõe analisar a modernidade colonial através da imposição de gênero, como uma lente, partindo da premissa que a imposição colonial do gênero não é algo isolado, mas que está nas relações cotidianas.

Em Quijano o elemento articulador das opressões é a raça, relegando as questões de gênero a momentos anteriores à sociedade e à história, o que acaba por naturalizar as relações de gênero e a heteros-

sexualidade, como também serve "para encobrir a forma em que as mulheres do terceiro mundo experimentaram a colonização e continuam sofrendo seus efeitos na pós-colonialidade" (MENDONZA, 2014, p. 93, tradução nossa).

Lugones também critica "a ideia totalizante do conceito de raça" elaborada por Quijano, o que entende o sexo como algo inquestionavelmente biológico, sendo incapaz de perceber que no próprio significado de gênero estão inscritos tanto a ideia de um dimorfismo sexual ou biológico [a dicotomia homem-mulher], como o heterossexualismo e a distribuição patriarcal do poder. Dessa forma, a proposta de Lugones:

"[...] da existência do que denomina Sistema Moderno Colonial de Gênero, seguirá completando-se em trabalhos posteriores afirmando que: (1) a primeira grande classificação que a colonização impôs foi a divisão entre humano e não humano; (2) a invenção do gênero é correlativa a supremacia do macho branco europeu possuidor de direitos sobre as mulheres de seu próprio grupo, todavia este é um tipo de relação reservada ao humano; a mulher branca como companheira e reprodutora da raça e do capital é humana; (3) ao resto das pessoas do mundo não europeu se impôs uma ordem natural ao serviço da supremacia branca (humana) pelo qual não se poderia afirmar que o sistema de gênero funcionara para os povos colonizados; desta forma, para a autora (4) a raça, o gênero e a sexualidade são categorias co-constitutivas da epistemia moderna colonial e não podem pensar-se por fora —desta episteme— como tampouco de maneira separada entre elas" (LUGONES 2012 apud ESPINOSA, CORREAL e MUÑOZ, 2014, p.30, tradução nossa).

A reflexão de Lugones (2014b) sobre a lógica opressiva da modernidade colonial explica o que seria a lógica categorial e as dicotomias hierárquicas interpostas que estão no cerne da questão da modernidade colonial. A autora demonstra como a modernidade organiza o mundo em categorias, definindo-as como homogêneas, atômicas e separáveis. Para além disso, há também a hierarquização dicotômica, que são formas de ver o mundo em dois polos, sendo um sempre superior ao outro.

Desse modo, um dos problemas que permeiam a lógica categorial e da dicotomia hierárquica ocorre no momento da intersecção entre, por exemplo, mulheres e negros, uma vez que, quando se fala de mulheres, recortam-se as mulheres brancas e, quando se fala de pessoas negras, emergem os homens. Então, as mulheres negras vão sempre estar marginalizadas da discussão (LUGONES, 2014b).

A dicotomia central da modernidade colonial é operante pelo par opositivo humano/não humano, que foi imposta aos sujeitos racializados do intitulado terceiro mundo. Além dessa dicotomia, imposta pelos colonizadores europeus aos(as) colonizados(as), outra oposição se estabeleceu como distinção colonial; qual seja: o par macho/fêmea.

O homem burguês/colonial/moderno se tornou um agente que seria o mais apto para todas as decisões, já os(as) colonizados(as) foram colocados(as) na categoria de não humanos, pois aos olhos dos europeus esses (essas) não se encaixavam dentro das características dos(as) "civilizados(as)", nesse caso o par homem/mulher. Como a própria humanidade lhes foi negada, não era possível nem mesmo categorizá-los(las) pela oposição homem/mulher, eles(as) eram vistos(as) como animais, como machos/fêmeas (LUGONES, 2014a).

Sueli Carneiro, filósofa e escritora brasileira, mili-

tante do movimento negro e fundadora do Instituto da Mulher Negra - Geledés, tem se dedicado a mostrar como, no Brasil, o mito da igualdade racial é nefasto na luta contra o racismo ao apagar as violências cotidianas vividas pela população negra, em especial pelas mulheres negras que vivenciaram e vivenciam violações terríveis. Tendo as mesmas sido (e ainda são) justificadas e apagadas, antes pela escravização e a desumanização causadas pelas relações coloniais, e hoje pelo racismo e erotização dos corpos das mulheres negras. Sueli (2001) argumenta que:

"No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas conseqüências. Essa violência sexual colonial é, também, o "cimento" de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como "a grande teoria do esperma em nossa formação nacional", através da qual, segundo Gilliam: 'O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance' [...] As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras." (CARNEIRO, 2011, s/p).

"As mulheres negras, no Brasil, nunca foram tratadas como frágeis, a elas não se negava o direito ao trabalho, ao contrário, seus corpos foram explorados até mais que os corpos masculinos, uma vez que, além do trabalho físico a elas estavam destinadas as violências sexuais cotidianas".

Ochy Curriel (2007; 2009) trata das relações entre Estado-nação moderno/colonial, a família e heterossexualidade como um regime político. A autora vai trazer a perspectiva lésbica feminista em termos racializados para questionar construções que se baseiam na ideia de maternidade, exploração econômica das mulheres, idealização do amor e do casamento heterossexual, tudo isso sob um prisma que diz respeito a mecanismos de dominação e controle físico, emocional e econômicos dos homens sobre as mulheres, legitimado por meio do aparato legítimo que se configura na estrutura do Estado-Nação.

Neste sentido, a heterossexualidade é apontada não como uma "escolha" ou como "inclinação natural" mas, na verdade, como uma imposição colocada

desde o período colonial como algo natural.

Desse modo, a lógica colonial foi sendo reinventada e atualizada, na medida em que os(as) colonizados(as) passaram a adquirir o *status* de humanidade. Operou-se ao mesmo tempo uma diferenciação sexual entre homens e mulheres de modo homogêneo e a-histórico, desconsiderando outras formas de concepção do que viria a ser homem e mulher. Assim como a raça, o Estado-nação também homogeniza as sexualidades e os arranjos afetivos, tornando a heterossexualidade um regime compulsório e político.

Por que feminismo decolonial?

Na apresentação do livro *Feminismo y cambio social en América Latina y Caribe*, Alba Carosio destaca que o feminismo como "sentimento ético, político, social e econômico" direciona sérias críticas ao modelo hegemônico, evidenciando que as desigualdades entre homens e mulheres são agravadas pelo modelo neoliberal imposto para América Latina e Caribe, onde desigualdades e injustiças fazem parte de um longo e complexo processo histórico.

Para Alba Carosio existe uma diversidade vibrante de lutas, atrizes e atores políticos, movimentos sociais e organizações que miram em uma direção anti neoliberal e contra hegemônica e o feminismo é parte fundamental deste movimento. Sendo assim:

"O feminismo como teoria, práxis e projeto político que reivindica a diferença e a igualdade da metade da humanidade, vem pensando a partir de uma periferia cotidiana, comum e naturalizada, e vem fornecendo análises desveladoras da invisível discriminação e opressão sexual, junto com potencia subversiva, utopias radicais e propostas emancipatórias. Há uma vitalidade feminista renovada que não deixa de protagonizar lutas para aprofundar a igualdade e a emancipação" (Carosio, 2012, p. 10-11, tradução nossa).

Catherine Walsh (2005), pedagoga e intelectual-militante, delinea as questões que atravessam a modernidade/colonialidade e que primam por postular o conhecimento científico como única forma válida de produzir verdades sobre a vida humana e a natureza, sendo responsável pelo processo dominante da globalização que se firma como uma ilusão de um mundo homogêneo que avança constantemente em direção ao progresso. A autora denuncia como a produção desse saber se constituiu sob um ponto de vista hegemonicamente masculino/branco/europeu/estadunidense/cristão/capitalista/heterossexual.

A luta das feministas do sul para descolonizar os feminismos implica evidenciar como é fundamental articular as discussões sobre gênero, sexualidade, raça e classe nas produções teóricas e atuação política. As mulheres negras, indígenas, lésbicas e pobres

foram e são as que mais sofrem com as violências cotidianas e, também, são aquelas que têm seus trabalhos acadêmicos mais invisibilizados. É possível pensar que a produção de conhecimento crítico a partir das experiências situadas dessas mulheres, articulada a ação política, pode promover discursos outros que implicam numa prática política crítica e transformadora das suas realidades (CUIEL, 2007).

Gloria Anzaldúa, feminista chicana, é um exemplo de como é possível, a partir de uma escrita localizada na experiência encarnada, realizar uma crítica sensível e ao mesmo tempo contundente. A autora conta como se afastou de sua comunidade em busca de se libertar das imposições de uma vida pautada na naturalização do trabalho de cuidado como obrigação das mulheres e na negação da possibilidade de escolher por estudar e ter uma carreira, por não se casar e não ter filhos.

Tal escrita tem uma potência crítica e subversiva que pode ser traduzida como uma verdadeira desobediência epistêmica, por produzir conhecimento fora dos padrões hegemônicos, seja pelo lugar de onde a autora fala como também pela linguagem pessoalizada que usa. A autora conta que foi a primeira de seis gerações a sair do vale onde vivia e que foi a primeira da família a deixar a casa. A questão da fronteira e da interseccionalidade está presente em todo seu texto. Anzaldúa descreve a complexa e contraditória sensação de não pertencer mais a sua comunidade de origem, por ter deixado-a e, ao mesmo tempo, não se sentir pertencente à sociedade norte-americana, onde vive. Em um tom de rebeldia, destacado já no título do texto, pode-se dizer que a autora realiza um protesto:

"Há uma rebelde em mim — a Besta da Sombra. É uma parte de mim que se nega a aceitar ordens de autoridades externas. Se nega aceitar ordens de minha vontade consciente, desafia a soberania de meu próprio governo. É esta parte de mim que odeia as restrições de qualquer classe. Incluindo as autoimpostas. Ao mínimo amago de de qualquer outro de limitarme tempo e meu espaço, pataleia com ambas pernas. Se desboca" (ANZALDÚA, 2004, p. 72).

Partindo dessas constatações, desnudar a colonialidade é desvelar a poderosa redução de seres humanos a animais, a inferiores por natureza, em uma compreensão esquizoide de realidade que dicotomiza humano e natureza, humano e não-humano, impondo assim uma ontologia e uma cosmologia que, em seu poder e constituição, indeferem a seres desumanizados toda humanidade, toda possibilidade de compreensão, toda possibilidade de comunicação humana, produzindo, então, efeitos de caráter hierárquicos.

Estudar e compreender os feminismos decoloniais, tão pouco conhecidos no Brasil ou, pelo menos no Sudeste, representa a valorização da produção de conhecimento e de uma prática política das mulheres do terceiro mundo. Pode ser uma valiosa oportunidade

de de compreendermos que nossas realidades têm muito mais em comum com as demais mulheres latino-americanas e caribenhas do que com as mulheres do norte global.

Conclusão

As vozes feministas latino-americanas e caribenhas não podem ser entendidas de modo unívoco. As lutas são diversas [indígenas, negras, lésbicas, trans etc]. A organização das mulheres negras, a articulação do movimento de mulheres indígenas, quilombolas, camponesas, lésbicas, etc, através de movimen-

tos sociais e da academia crítica vêm demonstrando que existe um potencial emancipatório vibrante nos feminismos do sul.

As contribuições promovidas a partir desse pensamento crítico permitem mapear os focos de lutas feministas, denunciando a exploração das mulheres e negação da capacidade de gerirem e terem controle sobre suas escolhas, suas vidas e seus corpos. Denunciar as violências e opressões impostas a nós, mulheres do sul global, partindo das nossas experiências pode ser o passo que precisamos dar para avançar rumo à descolonização de nossas vidas, nossos corpos e nossos saberes.

Referencias Bibliográficas

- ANZALDÚA, Gloria. (2004), "Movimientos de rebeldía y Las culturas que traicionan." En: *Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras*. Hooks, Bell. Brahm, Avtar; et. AL. Editorial Traficantes de sueños. Madrid, p. 72-80.
- BALLESTRIN, Luciana. (2013), "América Latina e o giro Decolonial." *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, número 11, p. 89-117.
- CARNEIRO, Sueli. (2001), "Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero" *Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero, organizado por Lolapress em Durban, África do S, s/p*. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 17/05/2017
- CAROSIO, Alba. (2012), *Presentación Feminismo y cambio social en América Latina y el Caribe*, CLACSO. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. 9-17.
- CURIEL, Ochy. (2007), "Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista" *Nómadas, Bogotá*, 26: 92-101.
- _____ (2009), "Descolonizando el feminismo: Una perspectiva desde America latina y el Caribe" *Parte de esta ponencia fue presentada en el Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista realizado en Buenos Aires, s/p*.
- _____ (2014), "Hacia la construcción de un feminismo descolonizado", in ESPINOSA, Yuderkys; Gómez, Diana y Ochoa, Karina (Eds.). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.
- SPINOSA, GÓMEZ & OCHOA. (2014), "Introdução", in ESPINOSA, Yuderkys; GÓMEZ, Diana; OCHOA, Karina (Eds.). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.
- LANDER, Edgardo (org). (2005), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, Colección Sur-Sur, CLACSO. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtualclacso.org.ar/>.
- LUGONES, María. (2014), "Colonialidad y Género", in ESPINOSA, Yuderkys; GÓMEZ, Diana y Ochoa, Karina (Eds.). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.
- _____ (2014), "Rumo a um feminismo descolonial." *Estudos feministas*. Florianópolis 22, 3: 935-952.
- MENDONZA, Breny. (2014), "La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano", in ESPINOSA, Yuderkys; Gómez, Diana y Ochoa, Karina (Eds.). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca.
- WALSH, Catherine. (2005), *Pensamiento Crítico y matriz (de) colonial, Reflexiones Latinoamericanas, Introducción*. Universidad Andina Simón Bolívar, Quito, Editorial Abya-Yala.

Recebido em: 30 de julho de 2016.

Aprovado em: 24 de abril de 2017.